
RELAÇÃO DO RISCO DA EMPRESA COM OS KEY AUDIT MATTERS REPORTADOS NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Lauren Dal Bem Venturini ¹
Vanessa de Meneses Silva ²
Luiz Alberton ³
José Alonso Borba ⁴
Leonardo Flach ⁵

▪ Artigo recebido em: 16/12/2021 ▪ Artigo aceito em: 05/07/2022 ▪▪ Segunda versão aceita em: 26/07/2022

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar se o risco da empresa é um fator determinante da divulgação dos *key audit matters* (KAM) reportados nos relatórios de auditoria independente (RAI) no período de 2016 a 2019 das empresas brasileiras listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Foram analisados 1.185 RAIs e 3.339 KAM. Procedeu-se com a análise de conteúdo dos KAM, categorizando conforme as seis classificações da ACCA (2018) – Assuntos Complexos, Assuntos Específicos do Setor, Ativos, *Impairments*, Passivos e Controles. Posteriormente, resumiu-se seguindo as categorias propostas por Lennox et al. (2019) e Sierra-García et al. (2019), separando em dois itens: risco ao nível da entidade ou em nível da conta. De modo geral, foi reportado, em média, 2,80 KAM por companhia, e 61,14% da amostra foi auditada por *big four*. A maior parte dos KAM classifica-se como Assuntos Complexos (30%) e relacionados a risco em nível da conta (87%). Observou-se uma relação positiva entre o risco,

¹ Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC <http://orcid.org/0000-0003-4185-9842>. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGC – CSE, Bloco F, Campus Trindade, 88040-970 – Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: laurenventurini@hotmail.com.

² Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC <https://orcid.org/0000-0002-6045-2143>. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGC – CSE, Bloco F, Campus Trindade, 88040-970 – Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: vanessa_m.s@outlook.com

³ Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. <http://orcid.org/0000-0001-9611-3859>. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGC – CSE, Bloco F, Campus Trindade, 88040-970 – Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: luiz.alberton@ufsc.br.

⁴ Doutor em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. <http://orcid.org/0000-0001-6068-342X>. Universidade Federal de Santa Catarina, PPGC – CSE, Bloco F, Campus Trindade, 88040-970 – Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: jalonsoborba@hotmail.com

⁵ Pós-doutor em Contabilidade e Finanças pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT/EUA). Professor da graduação e pós-graduação em Contabilidade na UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina PPGC – CSE, Bloco F, Campus Trindade, 88040-970 – Florianópolis, SC, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-4316-0704>. E-mail: leonardo.flach@gmail.com

Editora responsável pela aprovação do artigo: Dra. Bruna Camargos Avelino
Editor responsável pela edição final do artigo: Dr. Ewerton Alex Avelar

mensurado pelo beta da empresa, e os KAM classificados como risco em nível da conta. Por meio da regressão quantílica, descobriu-se também que os auditores tendem a divulgar uma maior quantidade de KAM em empresas maiores, com registro de perdas em anos consecutivos e que apresentam menor alavancagem. Isso demonstra que as características da empresa (especificamente o risco) podem ser consideradas como possíveis determinantes da divulgação dos KAM nos relatórios de auditoria independente das empresas listadas na B3.

Palavras-Chave: Principais Assuntos de Auditoria; Risco; Relatório de Auditoria.

RELATIONSHIP BETWEEN COMPANY RISK AND KEY AUDIT MATTERS REPORTED IN INDEPENDENT AUDIT REPORTS

ABSTRACT

This study analyzes whether company risk is a determining factor in the disclosure of key audit matters (KAM) reported in the independent audit reports (RAI) from 2016 to 2019 of Brazilian companies listed on B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão. A total of 1,185 RAIs and 3,339 KAM were analyzed. The KAM content analysis was carried out, categorizing according to the six ACCA classifications (2018) – Complex Issues, Sector-Specific Issues, Assets, Impairments, Liabilities and Controls. Subsequently, it was summarized following the categories proposed by Lennox et al. (2019) and Sierra-García et al. (2019), separating into two items: risk at the entity level or at the account level. Overall, an average of 2.80 KAM per company was reported, and 61,14% of the sample was audited by the big four. Also, most KAM classified themselves as Complex Matters (30%) and related to risk at the account level (87%). A positive relationship was observed between the risk perceived by the auditor, measured by the company's beta, and the KAM classified as risk at the account level. Through quantile regression, it was also found that auditors tend to disclose a greater amount of KAM in larger companies, with losses recorded in consecutive years and less leverage. Thus, users are able to understand information about the company's risk (characteristics of the entity) as a possible determinant of KAM disclosure, in the independent audit reports of companies listed on B3.

Keywords: Key audit matters; Risk; Audit Report.

1. INTRODUÇÃO

A auditoria independente possui papel de destaque no âmbito da qualidade da informação contábil reportada, pois revisa e atesta as informações financeiras apuradas pelas companhias (Ferreira & Moraes, 2020; Santos et al., 2020). Lau (2020) destaca que os auditores, por terem acesso direto ao ambiente empresarial, detêm a capacidade de obterem evidências empíricas e indicarem que as estimativas contábeis são verdadeiras e justas. Ou seja, não oferecem risco significativo aos usuários. Para contribuir com esse papel informativo, desde dezembro de 2016, no âmbito brasileiro, um novo formato de relatório foi adotado, contendo parágrafos sobre os principais assuntos de auditoria (PAA).

De modo geral, os itens de PAA surgem no contexto da auditoria independente para suprir a lacuna entre as informações que os usuários desejam sobre as demonstrações financeiras e a auditoria e o que está disponível por meio das demonstrações financeiras auditadas de uma empresa e do relatório do auditor (Gold & Heilmann, 2019).

Os principais assuntos de auditoria (PAA) ou *key audit matters* (KAM) passaram a ser incluídos no Relatório do Auditor Independente (RAI), a partir da emissão da *International Standard on Auditing 701* (ISA 701). Trata-se de uma seção que contempla os assuntos julgados como os mais relevantes pelo auditor no contexto do auditado (Ferreira & Morais, 2020). Para cada item reportado, o auditor apresenta o assunto, a justificativa do porquê ele foi considerado relevante e os procedimentos realizados para sua verificação (Conselho Federal de Contabilidade - CFC, 2016). Portanto, a divulgação dos KAM, por conter dados qualitativos e quantitativos do auditado e os procedimentos realizados pela auditoria, altera de forma significativa e positiva a comunicação dos auditores (Gold & Heilmann, 2019).

A normativa ISA 701 estabelece que auditores investiguem e relatem como KAM os aspectos relacionados às áreas significativas da empresa, como riscos de distorções, contas financeiras que envolvem julgamento da gestão e eventos ou transações ocorridas durante o período (Ferreira & Morais, 2020; Wuttichindanon & Issarawornrawanich, 2020).

No Grupo Natura, em 2019, por exemplo, o único KAM foi sobre a aquisição da empresa *The Body Shop* incluindo ágio e intangíveis com vida útil indefinida. A justificativa foi que a determinação do valor recuperável decorrente desta aquisição envolvia incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuíam risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis. Portanto, carece compreender até que ponto os KAM identificados e relatados pelos auditores estão relacionados aos riscos da empresa.

O nível de risco da empresa pode impactar na quantidade de horas de auditoria (mais trabalho), pois quanto maior o risco, maior o grau de procedimentos que o auditor deverá realizar para: obter segurança razoável; executar a auditoria com qualidade; e fornecer opinião de que os demonstrativos estão livres de distorção relevante (Castro et al., 2015). Vanstraelen et al. (2012) descobriram que os usuários desejam que o relatório do auditor contemple divulgações adicionais sobre os resultados da auditoria, como áreas chaves de risco. Logo, a expectativa é de que o risco das empresas auditadas afete o julgamento do auditor para definição da materialidade e do escopo da auditoria e, conseqüentemente, seja impulsionador do número e tipos de KAM divulgados pela firma auditora (Ferreira & Morais, 2020).

Para Lennox et al. (2019), o novo modelo de relatório exige que os auditores divulguem as áreas das demonstrações financeiras ou riscos materiais de distorção relevante que tiveram maior efeito na estratégia de auditoria ou envolveu julgamentos especialmente desafiadores do auditor. Nesse âmbito, os autores ressaltam que os auditores devem capturar e relatar de forma confiável os riscos que são relevantes para os usuários das demonstrações financeiras. Por exemplo, qualquer risco de distorção relevante deve ser tratado e mitigado durante a auditoria por meio de procedimentos de auditoria. Isto implica que as

novas divulgações não se destinam a qualificar a opinião do auditor, ou seja, os riscos – KAM – podem ser divulgados mesmo quando um auditor concluir que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Estudos anteriores observaram: i) média de três KAM divulgados por empresa no primeiro e/ou segundo ano de vigência da norma (Marques & Souza, 2017; Santos et al., 2020a); ii) que os KAM podem levar ao uso de estimativas contábeis menos agressivas e melhorar a qualidade dos relatórios financeiros devido à maior transparência e a prestação de contas (Santos et al., 2020); as particularidades do auditado e das firmas de auditoria têm relação direta com o volume de KAM (Ferreira & Morais, 2020; Lennox et al., 2019; Pinto & Morais, 2019; Ricquebourg & Maroun, 2022; Sierra-García et al., 2019); iii) os KAM têm relevância informacional para os investidores (Alves Júnior & Galdi, 2020; Christensen et al., 2014), utilidade aos usuários das demonstrações financeiras (Cordos & Fülöp, 2015b; Sirois et al., 2018), credores (Boolaky & Quick, 2016; Trpeska et al., 2017), analistas (Venturini et al., 2022) e outras partes interessadas (Velte & Issa, 2019); iv) a divulgação dos KAM protege os auditores contra litígio em conexão com distorções não detectadas (Brasel et al., 2016); os KAM pressionam a administração a publicar mais informações de risco por conta própria (teoria egocêntrica), no relatório anual do mesmo ano ou do seguinte, devido os gerentes conhecerem os KAM antes de irem ao RAI (Elmarzouky et al., 2022).

Em atenção a NBC TA 315, o ponto de partida da análise do auditor precisa ser os riscos de distorção material, por meio da compreensão da entidade e do seu ambiente (CFC, 2021). Embora a norma de auditoria não especifique como os auditores devem selecionar os KAM comunicados, espera-se que essas divulgações sejam amplamente consistentes com os resultados da avaliação de risco do auditor no cumprimento dos requisitos da NBC TA 315 (Zhang & Shailer, 2021). No entanto, até que ponto as divulgações do KAM são utilizadas para reduzir o escrutínio ou a exposição ao passivo do auditor em atenção ao que ele observa no auditado, não está claro no âmbito brasileiro. Neste contexto, busca-se responder a seguinte questão problema: **qual a relação do risco da empresa com a divulgação dos key audit matters reportados pelo auditor?** O objetivo consiste em analisar se o risco da empresa é um fator determinante da divulgação dos *key audit matters* reportados nos relatórios de auditoria independente no período de 2016 a 2019 das empresas brasileiras listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Essa análise se faz importante, pois se verifica recepção positiva dos KAM pelas partes interessadas nos relatórios financeiros (Boolaky & Quick, 2016; Christensen et al., 2014; Cordos & Fülöp, 2015b; Sirois et al., 2018; Trpeska et al., 2017; Velte & Issa, 2019; Venturini et al., 2022), exceto dos auditores que consideram como algo que pode afetar sua reputação, tendo em vista a exigência de divulgar publicamente os assuntos julgados relevantes internamente (Kim et al., 2016). Dessa forma, diferente dos demais estudos que analisaram características do auditado e da firma auditora no reporte dos KAM (Ferreira & Morais, 2020; Lennox et al., 2019; Pinto & Morais, 2019; Ricquebourg & Maroun, 2022; Sierra-García et al., 2019), este busca entender o comportamento do risco do auditado versus os KAM reportados pelo auditor. Tal relação, se positiva, pressupõe benefício ao auditor, pois sinaliza que, a divulgação dos principais assuntos foco da auditoria, no relatório de auditoria independente, apresenta

informação adicional aos usuários das informações contábeis, o que contribui para enfatizar a importância da auditoria na redução da assimetria informacional (Ricquebourg & Maroun, 2022) e, mais especificamente, da relevância da aplicação da norma de KAM, que propicia melhoria na evidenciação das áreas de risco do auditado.

O estudo contribui ao estado da arte sobre o conteúdo informativo dos relatórios de auditoria, especialmente no que diz respeito aos fatores das empresas que determinam os KAM constantes nos relatórios de auditoria. Ainda, permite compreender, especificamente, se o risco da empresa é um fator determinante das informações que o auditor reporta no relatório de auditoria. Em termos práticos, propicia melhor entendimento aos usuários da informação sobre o risco da empresa auditada e as informações divulgadas por meio dos KAM, seja os de nível da entidade ou das contas contábeis. Além disso, os achados desta pesquisa apresentam contribuições e implicações para os *stakeholders*, ao demonstrar que o risco pode ser considerado um fator determinante da quantidade e natureza dos KAM divulgados nos relatórios de auditoria das empresas listadas na B3. Isso proporciona informações aos usuários das demonstrações financeiras sobre as características das empresas que influenciam na qualidade do relatório do auditado, pois relata aspectos categóricos dos KAM. Para Gold e Heilmann (2019), a introdução da seção KAM no relatório do auditor pode influenciar a percepção e as decisões dos usuários das demonstrações financeiras, como também da própria qualidade da auditoria.

2. KEY AUDIT MATTERS E O RISCO DA EMPRESA AUDITADA

A teoria da agência postula que as empresas operam em um ambiente com incertezas, acarretando potenciais assimetrias de informação entre gestores e investidores externos. Essas assimetrias de informação sustentam a necessidade de relatórios financeiros de qualidade, que desempenhem um papel esclarecedor sobre a situação econômico-financeira da empresa, visando auxiliar na tomada de decisão dos *stakeholders* (Lau, 2020).

No contexto de assimetria informacional presente no mercado financeiro, em que os *stakeholders* não têm informações diárias sobre o desempenho econômico-financeiro das companhias, o auditor fornece ao investidor e demais interessados uma investigação acerca da veracidade e conformidade das demonstrações contábeis, buscando reduzir a assimetria informacional (Santos et al., 2020). Para Lin e Hwang (2010), os auditores externos são responsáveis por expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras visando assegurar, razoavelmente, que elas refletem informação relevante e representam fidedignamente a situação financeira da empresa. Diante disso, os auditores contribuem para a qualidade dos relatórios financeiros (Santos et al., 2020; Watkins et al., 2004).

Intencionando melhorar a qualidade da auditoria, no ano de 2016 foi emitida a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 701, que versa sobre o julgamento dos principais assuntos de auditoria identificados no decorrer da execução do trabalho de auditoria das demonstrações contábeis. Essa norma surge em decorrência da *International Standards Auditing 700* – ISA, que norteia

os auditores a respeito da evidenciação, em parágrafo específico do seu relatório de auditoria, dos assuntos que foram relevantes durante o trabalho de verificação das demonstrações contábeis (Matos et al., 2018). A partir desse normativo tornou-se obrigatória a manifestação dos auditores, sobre quais foram os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) de cada companhia auditada. Ou seja, os auditores devem destacar quais assuntos exigiram maior atenção durante o desenvolvimento da atividade de auditoria.

Diante disso, a parte do relatório que contém os PAAs também é uma informação com potencial de utilidade aos diversos usuários das informações contábeis. Os elementos destacados podem estar associados aos conflitos de agência presentes em ambientes com assimetria informacional, possibilitando uma maior avaliação de risco por parte dos investidores e demais partes interessadas, inclusive dos auditores (Marques & Souza, 2017).

Em vista disso, a partir de 2016, os auditores passaram a apresentar no relatório de auditoria quais os assuntos exigiram maior atenção na realização do trabalho de auditoria, mencionando as motivações para incluí-los e uma explicação de como esses itens foram tratados na checagem da auditoria (Alves Júnior & Galdi, 2020; Marques & Souza, 2017). O objetivo dessa nova seção é tornar o relatório de auditoria mais transparente para os interessados, comunicando possíveis fatores de risco aos usuários das informações contábeis. Por exemplo, Venturini et al. (2022) descobriram que a quantidade de PAA tem relação positiva e significativa com o consenso da previsão de lucro por ação do analista. Sendo assim, os autores destacam que, o aumento de informações no RAI, representado pelos PAA, promove maior disseminação de informações com credibilidade dos auditores para os analistas, reduzindo a assimetria informacional entre esses agentes.

De acordo com Bédard et al. (2014), as divulgações expressas pelos auditores nos KAM tendem a contribuir com a discussão sobre o conteúdo informacional dos relatórios contábeis e avança na melhoria da transparência e da prestação de contas dos gestores e das companhias auditadas. Elmarzouky et al. (2022) averiguaram que a quantidade de KAM está positivamente associada ao nível de divulgação de risco (lista de palavras) pela administração nos seus relatórios anuais, tendo em vista que a gerência já conhece os KAM com antecedência, pois o auditor tem reuniões frequentes com o comitê de auditoria.

A inclusão dos KAM visa transmitir mais informações sobre o trabalho realizado por parte do auditor, ou seja, permite melhorar a comunicação do relatório de auditoria com seus usuários (Ferreira & Morais, 2020). Assim, os KAM proporcionam um relatório de auditoria menos padronizado, transmitindo informação específica sobre o auditado e propiciando mais transparência sobre o mesmo e a atividade desenvolvida pelo auditor (IAASB, 2015). Em vista disso, a quantidade de KAM divulgada nos relatórios de auditoria afetou a remuneração dos auditores no primeiro ano de aplicação da norma (Colares et al., 2021).

As mudanças no relatório de auditoria, trazidas pela NBC TA 701, proporcionaram aumento da transparência, pois ela exige que sejam divulgadas não só as áreas que necessitam de maior atenção, como também os riscos associados à empresa e à forma como eles foram geridos pelo auditor (Ferreira & Morais, 2020). Nessa perspectiva, Alves Júnior e Galdi (2020) apresentaram

evidências de haver relevância informacional no conteúdo do relatório de auditoria após a adição dos PAA. A exigência dos KAM nos relatórios de auditoria, além de torná-lo mais individualizado para a empresa auditada, proporciona mais informação sobre as principais áreas de risco (Lennox et al., 2019). Na visão de Zhang e Shailer (2021), é possível que os auditores alterem suas divulgações no RAI como tática de diferenciação ou ofuscação, e não devido às mudanças nas avaliações de risco do auditado.

A divulgação do KAM é recebida positivamente pelos usuários das demonstrações financeiras (Cordos & Fülöp, 2015b; Sirois et al., 2018), credores (BooLaky & Quick, 2016; Trpeska et al., 2017), investidores gerais (Christensen et al., 2014), analistas financeiros (Venturini et al., 2022) e outras partes interessadas (Velte & Issa, 2019). Ainda, ao proporcionar mais conteúdo informacional sobre a companhia auditada, os KAM tendem a melhorar a qualidade dos lucros (Li et al., 2019) e proteger os auditores contra litígio em conexão com distorções não detectadas (Brasel et al., 2016).

Quando os auditores reportam estimativas contábeis como KAM e fornecem as explicações necessárias, isso pode aumentar a qualidade informacional dos relatórios contábeis (Gaynor et al., 2016; Lau, 2020). A divulgação dos KAM está associada às características do auditor (por exemplo, taxa de auditoria, tamanho da firma auditora) e do cliente (por exemplo, setor, complexidade do negócio, tamanho da empresa) (Ferreira & Morais, 2020; Lennox et al., 2019; Pinto & Morais, 2019; Sierra-García et al., 2019).

Para Ferreira e Morais (2020), a quantidade de KAM divulgada está associada a alguns fatores, tais como: risco de litígio do auditor e características da empresa auditada. Os aspectos significativos da empresa incluem a sua complexidade, lucratividade e setor. Empresas tailandesas que foram auditadas por uma *big four* tiveram um maior número de KAM reportado do que aquelas auditadas por não *big four* (Wuttichindanon & Issarawornrawanich, 2020). Ainda, as quatro grandes firmas de auditoria desempenharam um papel importante no volume e na natureza do KAM. O risco inerente à empresa e as transações que ocorreram durante o período analisado, também se configuraram como fatores determinantes que os auditores *big four* levaram em consideração ao relatar um KAM na Tailândia. Mais especificamente, as quatro grandes firmas de auditoria foram mais propensas a divulgar mais KAM. Sendo assim, parece razoável supor que os relatórios de auditoria das *big four* são mais informativos do que os RAI das firmas de auditoria não *big four*.

Os KAM são assuntos do auditado que chamaram a atenção do auditor, sendo, geralmente, relacionados as áreas complexas, nas quais há uma margem significativa para julgamento gerencial sobre as informações financeiras fornecidas (Sierra-García et al., 2019). Portanto, a divulgação dos KAM oferece aos usuários das demonstrações financeiras uma melhor compreensão do risco inerente à empresa, apresenta informações sobre as áreas de maior risco de distorção relevante ou riscos de significância identificados de acordo com a ISA 315 (Ferreira & Morais, 2020; Wuttichindanon & Issarawornrawanich, 2020).

Pinto e Morais (2019) investigaram os fatores determinantes do número de KAM com base em 142 observações de três países (França, Holanda e Reino Unido). Os resultados mostram que o número de KAM é maior para grandes

empresas com negócios envolvendo diversos segmentos (maior complexidade da empresa). Por outro lado, o número de KAM é pequeno para empresas do setor financeiro e para empresas com lucros elevados.

Sierra-García et al. (2019) relataram que, além das características da empresa, as características do auditor também influenciam a extensão e a natureza da divulgação dos KAM. Os autores estudaram empresas listadas no *Financial Times Stock Exchange 100* de 2013-2016 (280 observações de empresa-ano) e denotaram que a extensão e número de KAM estão correlacionados com itens contábeis (ou seja, receita; estoque; imobilizado; fundo de comércio e ativos intangíveis), setor, características da empresa (ou seja, tamanho, complexidade, modelo de negócio e ambiente) e auditores (ou seja, evidências de auditoria).

De maneira geral, percebe-se que a opinião emitida no relatório de auditoria pode ser influenciada por várias características, tanto da auditoria como da entidade auditada. Os relatórios de auditoria de empresas mais complexas, mais arriscadas, que são auditadas por *big four* e possuem opiniões não modificadas, tendem a apresentar um maior número de KAM (Ferreira & Morais, 2020; Wuttichindanon & Issarawornrawanich, 2020).

Na elaboração do relatório de auditoria, o auditor usa estratégias compensatórias em aversão ao risco e isso influencia nas suas escolhas de informações que serão reportadas. Sendo assim, a divulgação de KAM, no relatório de auditoria, é influenciada pelas consequências percebidas pelo auditor do *trade-off* econômico entre a probabilidade de ser exposto a litígios e a perda de reputação, por um lado, e o custo provável de perder um cliente, por outro. Diante disso, espera-se que as características das empresas auditadas (inclusive o risco da empresa) e a relação entre os auditores e as empresas auditadas sejam importantes impulsionadores da quantidade de KAM divulgados (Ferreira & Morais, 2020).

Verifica-se que os auditores estão mais dispostos a divulgar opinião sobre risco quando a empresa é menos lucrativa (Lee et al., 2005; Menon & Schwartz, 1987); dispõe de níveis elevados de alavancagem (Raghunandan & Rama, 1995); apresenta baixa liquidez (Menon & Schwartz, 1987; Raghunandan & Rama, 1995) e é de pequeno tamanho (Mutchler et al., 1997). Além disso, o registro de perdas em anos consecutivos também é considerado um indicador para o auditor avaliar o risco da empresa (Gallizo & Saladrigues, 2016).

Na visão de Lau (2020), as estimativas contábeis, cada vez mais presentes nas demonstrações contábeis, têm seu uso associado a duas questões fundamentais: incerteza de medição e viés de gestão. Para o autor, se os gestores têm liberdade para estimar, os auditores precisam fornecer garantia de que essas estimativas são verdadeiras e justas. Sendo assim, conclui-se que as incertezas de medição oferecem risco, pois as estimativas contábeis, como avaliação e estimativa de perda por redução ao valor recuperável requerem julgamento e premissas da administração e, portanto, estão sujeitos à incerteza de medição e erros de estimativa, podendo implicar em gerenciamento de resultado de forma oportunista. Dessa maneira, uma estimativa inadequada pode comprometer a utilidade da informação contábil.

Wuttichindanon e Issarawornrawanich (2020) destacam que a divulgação

de KAM, oferece aos usuários das demonstrações financeiras melhor compreensão do risco inerente à empresa. Sierra-Garcia et al. (2019) declaram que o reporte de KAM está relacionado às características de risco, seja em nível da conta ou em nível de entidade. Lennox et al. (2019) salientam que os auditores têm acesso a uma grande quantidade de informações privadas sobre as demonstrações financeiras de seus clientes e, portanto, estão em uma posição única para relatar riscos inesperados pelos investidores. Além disso, os auditores são obrigados a serem independentes da gestão do cliente, o que significa que suas divulgações de risco podem ser mais confiáveis do que as da gestão (Köhler et al., 2020).

A ideia central é que, para proteger sua reputação e reduzir o risco de litigância, é provável que os auditores divulguem uma maior quantidade de KAM em empresas que eles percebem como sendo as de maior risco. O aumento do esforço do auditor para reduzir sua responsabilidade tende a melhorar os procedimentos de auditoria e, portanto, o registro de mais KAM. Dessa forma, entende-se que quanto maior o risco, maior tende a ser a quantidade e o detalhamento dos principais assuntos de auditoria divulgados nos relatórios (KAM). Tendo como base essa premissa, emerge a hipótese de pesquisa (H1):

H₁: existe associação positiva entre o risco da empresa e os tipos de principais assuntos de auditoria (*key audit matters*) divulgados nos RAIs das empresas listadas na B3.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra foi formada pelas companhias não financeiras listadas na B3 e, que apresentaram KAM nos RAI ao menos em um dos anos avaliados entre 2016 e 2019. Essa averiguação foi realizada no mês de janeiro de 2021, totalizando 1.185 RAI. No tocante a seleção do período, é *ex post* a norma de KAM, que regrou a obrigatoriedade de as firmas auditoras reportarem assuntos críticos para os exercícios de 2016 e posteriores (CFC, 2016).

Nos RAI analisados, inicialmente coletou-se manualmente os assuntos comunicados como KAM e o nome da firma auditora. Na sequência, procedeu-se à análise de conteúdo categorizando os PAAs conforme as seis classificações da ACCA (2018) – Assuntos Específicos do Setor, Ativos, *Impairments*, Passivos, Assuntos Complexos e Controles. Por fim, sumarizou-se seguindo Lennox et al. (2019) e Sierra-García et al. (2019), distinguindo em duas categorias: i) risco de nível da entidade, que inclui assuntos relacionados ao risco da empresa como um todo, por exemplo, disposições tributárias e tecnologia da informação; e ii) risco em nível da conta, que contempla itens específicos dos demonstrativos contábeis, como receitas, intangível, imobilizado, estoques e redução a valor recuperável de ativos. A Figura 1 ilustra essa sumarização.

ACCA (2018)	Lennox et al. (2019) e Sierra-García et al. (2019)
Assuntos Específicos do Setor	Risco em nível da conta
Ativos	
<i>Impairments</i>	

Passivos	Risco em nível da entidade
Assuntos Complexos	
Assuntos Complexos	
Controles	

Figura 1 – Categorias de PAA utilizadas no estudo

Fonte: elaborada a partir de ACCA (2018); Lennox et al. (2019) e Sierra-García et al. (2019).

Para elucidar, cita-se, de forma sintética, o exemplo de um KAM de 2017 intitulado “Avaliação do julgamento e estimativa para registro das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis” da companhia Azevedo e Travassos S.A., que pertence ao setor de Bens Industriais/Construção e Engenharia. Nesse assunto os auditores reportam que: “Conforme descrito na Nota no 21.c, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza trabalhista, tributários e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. (...). Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista a relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração e definição do momento para o reconhecimento das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, fizeram com que a Administração procedesse com a dispensa de elevado número de funcionários, ocasionando, dessa forma, no aumento significativo no volume de processos trabalhistas que, se não adequadamente controlados e avaliados quanto à possibilidade de materialização destas causas, poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Assim, nesse KAM os auditores alertam aos usuários que estão acompanhando o possível montante de contingência que envolve a companhia. Conforme Lau (2020), isso contribui para que erros de estimativa não impliquem gerenciamento de resultado oportunista. Quanto às categorizações, esse assunto foi classificado como passivo e em risco em nível da conta.

As classificações dos KAM (Figura 1) foram realizadas manualmente e após, por meio da análise em grupo, conforme o caso, houve discussão, ratificação ou reclassificação, a fim de reduzir a subjetividade de inferência e interpretação. Essa checagem em grupo foi realizada por dois pesquisadores, estudantes de mestrado, sob a supervisão de um docente da área da Contabilidade. Ainda, buscando categorizar os KAM adequadamente, obteve-se auxílio (revisão das categorizações) de especialistas (analistas financeiros e professores doutores em Contabilidade), bem como se efetuou leitura da(s) Nota(s) Explicativa(s) indicadas na descrição dos KAM. A qualificação dos especialistas está detalhada na Figura 2.

Especialista	Quantidade	Vínculos profissionais	Áreas de atuação
Analista Financeiro	1	Atua há mais de 30 anos no mercado de capitais em uma empresa de consultoria financeira. Exerceu cargos de gestão na Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais. Professor de ciências contábeis da graduação e pós-	Mercado de Capitais e Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Derivativos, Contabilidade, Perícia e Finanças Corporativas.

		graduação. Autor de artigos científicos e capítulos de livros na área financeira.	
Docente	2	Experiência profissional na área de Contabilidade e Controladoria. Professores de ciências contábeis da graduação e pós-graduação. Autores de artigos científicos e capítulos de livros na área financeira.	Controladoria, informações para usuários externos, principalmente assuntos relacionados a qualidade das informações contábeis.

Figura 2 – Qualificação dos especialistas participantes da pesquisa

Fonte: elaborada a partir de dados da pesquisa.

Na Tabela 1 ilustram-se as variáveis utilizadas na pesquisa.

Tabela 1 – Variáveis da pesquisa

Descrição	Sigla	Métrica	Sinal Esperado	Suporte Teórico
VARIÁVEIS DEPENDENTES				
Tipo de KAM	TPAA	comunicação constante nos KAM, conforme categorização em 6 estratos de ACCA (2018) e, em um dos 2 grupos de Lennox et al. (2019) e Sierra-García et al. (2019)		ACCA (2018); Lennox et al. (2019) e Sierra-García et al. (2019)
Quantidade de KAM	QKAM	total de KAM reportados por empresa		Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020)
VARIÁVEIS INDEPENDENTES DE INTERESSE				
Tamanho da Companhia	TAM	refere-se ao tamanho da empresa i , no período t , dado pelo logaritmo natural do valor de mercado	+	Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020)
Risco da empresa	BETA	sensibilidade do retorno da empresa em relação ao retorno do mercado.	+	Passos et al. (2017); Zucchi (2021)
VARIÁVEIS INDEPENDENTES DE CONTROLE				
<i>Big four</i>	BIGF	<i>dummy</i> considerando se a empresa i no período t foi auditada por <i>big four</i> (1), caso contrário 0 (zero)	+	Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020)
Prejuízo no ano anterior	PREJ	<i>dummy</i> sinalizando se a empresa teve prejuízo no ano anterior, sendo 1 caso tenha prejuízo e 0 não	+	Alves Júnior & Galdi (2020); Lennox et al. (2019)
Setor	SETOR	<i>dummy</i> de especificação do setor econômico que a empresa pertence na B3	+/-	Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020)

Alavancagem em	ALA	dívida bruta dividida pelo ativo total	+	Pinto & Morais (2019)
----------------	-----	--	---	-----------------------

Fonte: elaboração própria (2021).

A equação 1 foi utilizada para evidenciar a relação entre o risco da empresa e a quantidade de KAM divulgados.

$$QKAM_{it} = \beta_0 + \beta_1 BETA_{it} + \beta_2 TAM_{it} + \beta_3 BIGF_{it} + \beta_4 PREJ_{it} + \beta_5 SETOR_{it} + \beta_6 ALA_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

A equação 2 foi utilizada para evidenciar a relação entre o risco da empresa e os tipos de KAM divulgados pelos auditores.

$$TPAA_{it} = \beta_0 + \beta_1 BETA_{it} + \beta_2 TAM_{it} + \beta_3 BIGF_{it} + \beta_4 PREJ_{it} + \beta_5 SETOR_{it} + \beta_6 ALA_{it} + \varepsilon \quad (2)$$

Os achados foram interpretados de modo descritivo-argumentativo, por meio das estatísticas descritivas (média, mediana, mínimo e máximo), correlação entre as variáveis e da regressão quantílica com a estruturação dos dados em painel. Cabe salientar, seguindo Lennox et al. (2019), que se os auditores estão divulgando riscos relevantes como KAM, espera-se coeficientes da variável independente de interesse (beta da empresa) significativamente maiores quando os auditores divulgam mais riscos sobre o auditado.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

No que diz respeito à estatística descritiva geral, constante na Tabela 2, considerando todos os anos em conjunto, percebeu-se que os valores do desvio padrão de quase todas as variáveis foram baixos, exceto a variável Tamanho (2,3804), que demonstrou uma elevada dispersão dos seus valores em torno da média. Sendo assim, entende-se que a média não representa bem a realidade do tamanho das empresas analisadas.

Tabela 2 – Estatística descritiva geral das variáveis

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
QKAM	2,8068	1,4575	0	8
Beta	0,5902	0,5913	0	3,1316
Alavancagem	2,0317	1,8526	0,0217	19,9536
Assuntos Complexos	0,8273	0,7908	0	4
Assuntos Específicos	0,1250	0,3760	0	3
Ativos	0,6670	0,8035	0	4
Controles	0,1864	0,4205	0	2
Impairment	0,4670	0,5237	0	2
Passivos	0,5341	0,6703	0	7
Risco em nível da conta	1,9250	1,4001	0	8
Risco em nível da entidade	0,4898	0,6762	0	4
Tamanho	14,0795	2,3804	7,6647	19,8249
Big four	0,6114	0,4877	0	1

Prejuízo	0,6640	0,4726	0	1
----------	--------	--------	---	---

Fonte: elaboração própria (2021).

Após a realização dos testes de normalidade, assimetria, curtose e da plotagem do gráfico *boxplot*, e com isso, a confirmação da existência de muitos *outliers* e da heterogeneidade alta da variável dependente analisada, o que indicou uma distribuição assimétrica, considerou-se mais apropriado utilizar a regressão quantílica, tendo como base a mediana, em virtude da média ser mais sensível aos *outliers* do que a mediana. Ainda, a regressão quantílica proporciona melhor entendimento sobre, se as empresas mais arriscadas, assim percebidas pelos auditores, também possuem mais (quantidade) determinados tipos de KAM reportados pela firma de auditoria em certo período de análise.

A Tabela 3 apresenta o resumo da estatística descritiva da variável quantidade de KAM (QKAM), a qual compõe a variável dependente da Equação 1.

Tabela 3 – Estatística descritiva por ano das variáveis

Quantidade de KAM					
Ano	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
2016	2,43	2	1,69	8	1
2017	2,47	2	1,55	7	1
2018	2,44	2	1,60	8	1
2019	2,07	2	1,52	6	1

Fonte: elaboração própria (2021).

Em 2016 e 2018, algumas companhias tiveram um total de 8 KAM, o que evidencia maior detalhamento sobre os assuntos específicos das empresas, na visão da auditoria nesses anos. No entanto, em todos os anos analisados existiram relatórios de auditoria com apenas 1 KAM, implicando pouco detalhamento sobre as informações financeiras ou não, na visão da auditoria, para algumas empresas brasileiras, considerando o período analisado.

Ocorreram o extremo máximo de 8 KAM em 2016 e 2018, sendo respectivamente verificados nos seguintes setores, conforme classificação da B3: i) Petróleo gás e biocombustíveis; e ii) Saúde. Em 2017 houve o máximo de 7 itens, sendo também averiguado no setor Petróleo gás e biocombustíveis, para mesma empresa do ano anterior, a Petrobrás. Porém, em 2019, houve o máximo de 6 assuntos, sendo este denotado nos setores de Consumo cíclico, Bens industriais, Consumo não cíclico e de Petróleo gás e biocombustíveis.

No tocante ao mínimo de um assunto, em 2016 este quantitativo foi observado em todos os setores listados na B3, exceto no setor de tecnologia da informação, totalizando 39 empresas com esse ínfimo. Em 2017 foi verificado, nos mesmos setores de 2016 e mais no segmento Outros, representando 37 empresas. 2018, repetiu os setores de 2017 e, cresceu o segmento da saúde, o que soma 36 organizações com o menor número de KAM. Por outro lado, em 2019, todos os dez setores analisados contemplam o mínimo de um item reportado, sendo isso identificado em 62 companhias.

Em termos gerais (Tabela 2), foi reportado, em média, 2,80 KAM por companhia, e 61,14% da amostra foi auditada por uma firma *big four*. Isso aponta uma baixa na divulgação da quantidade de assuntos detalhados nos relatórios e que existe uma preferência das empresas analisadas por uma das quatro maiores firmas de auditoria. Esse quantitativo de KAM por empresa brasileira atende a literatura, de dois a sete itens (Cordoş & Fülöp, 2015b), sendo constatado em estudos nacionais (Marques & Souza, 2017; Santos et al., 2020a; Venturini et al., 2022) e internacionais (Lennox et al., 2019; Sierra-Garcia et al., 2019).

A Tabela 4 ilustra o detalhamento da quantidade de KAM encontrados nas empresas, dividida por setor e ano, considerando os itens da ACCA (2018).

Tabela 4 – KAM por setor e ano conforme ACCA (2018)

Setor	Assuntos Complexos				Ativos				Passivos				Impairments				Controles				Assuntos Específicos do Setor				Total KAM			
	16	17	18	19	16	17	18	19	16	17	18	19	16	17	18	19	1	1	1	1	16	17	18	19	16	17	18	19
	6	6	2	9	6	2	9	2	0	4	8	9	7	0	3	5	6	6	6	3	46	48	48	31	86	87	86	73
Consumo cíclico	63	55	72	82	71	69	70	47	34	43	35	29	33	30	33	32	1	1	2	1					21	21	23	20
Bens industriais	39	44	55	45	55	47	44	33	29	27	31	19	37	32	33	29	2	2	2	1	14	11	11	3	19	18	19	13
Utilidade Pública	54	51	43	38	33	36	24	18	46	50	39	26	22	25	19	14	1	8	2	2	32	36	37	27	19	20	16	12
Materiais básicos	21	18	14	18	29	26	26	22	16	13	12	14	13	10	11	14	5	6	6	4	1				84	74	69	72
Consumo não cíclico	23	28	30	33	13	18	22	15	9	16	11	9	8	10	12	8	5	7	6	3					58	79	81	68
Saúde	14	15	18	22	15	16	10	8	3	8	14	7	9	8	10	12	4	4	4	3					45	51	56	52
Petróleo, gás e biocombustíveis	7	11	5	5	6	6	9	4	10	11	9	9	8	7	7	6	2	2	1		1				33	35	32	26
Tecnologia da informação	10	8	8	10	4	2	4	3	2	3	3	2	4	4	4	4	1								21	17	19	19
Comunicações	5	6	7	9		2			1	3	4	3	3	4	4	2	3	3							9	18	18	14
Outros				7				2				1				4			2									16
Total	23	23	25	26	22	22	20	15	15	17	15	11	13	13	13	12	6	6	6	3	46	48	48	31	86	87	86	73
% do Ano	27	27	29	37	26	25	24	21	17	20	18	16	16	15	15	17	8	8	8	5	5	5	5	6	4	10	10	10
																										0	0	0

Fonte: elaboração própria (2021).

A partir das informações contidas na Tabela 4, percebe-se que os setores de consumo cíclico, bens industriais e utilidade pública possuíram as maiores quantidades de KAM em seus relatórios de auditoria. Isso propicia maior detalhamento e transparência sobre o auditado na visão do auditor para os usuários da informação desses setores (Lau, 2020).

Ainda, percebe-se que a maior parte dos KAM analisados foi classificada como se tratando da temática de "Assuntos Complexos". Essa

categoria contempla áreas das demonstrações financeiras que envolveram julgamento significativo da administração, incluindo estimativas contábeis que foram identificadas como tendo alta incerteza (Lennox et al., 2019; Sierra-García et al., 2019). Desse modo, pode-se inferir que os auditores revisaram e executaram procedimentos de auditoria visando obter segurança razoável de que os assuntos complexos estavam livres de erros e de distorção relevantes.

A Tabela 5 apresenta a quantidade total de KAM divulgada em todas as empresas analisadas dividida por ano.

Tabela 5 – Quantidade de KAM divulgados por ano

Ano	Total geral de KAM
2016	862
2017	877
2018	866
2019	734

Fonte: elaboração própria (2021).

Observa-se aumento da quantidade de KAM de 2016 para 2017 e queda de 2017 até 2019, sendo o maior volume divulgado no ano de 2017. Uma possível explicação disso é devido 2017 ser o ano posterior a primeira exigência de divulgação dos principais assuntos de auditoria, estando as firmas de auditoria em 2016 em processo de adaptação e, em 2017, já se encontravam mais preparadas ao reporte da nova estrutura dos relatórios e possuíam parâmetros de comparação com as companhias do mesmo setor. Esse resultado também pode estar atrelado a mudança da firma de auditoria durante o período analisado, implicando diferente número de KAM anualmente por empresa. Conforme Ricquebourg & Maroun (2022), o número de KAM adicionados ou removidos de um relatório de auditoria varia significativamente quando as empresas mudam de firma de auditoria.

Verificaram-se, no período do estudo, 235 mudanças de firma de auditoria, sendo 49,36% de 2016 para 2017; 25,96% de 2017 para 2018 e 24,68% de 2018 para 2019. Para Ferreira e Morais (2020) e Wuttichindanon & Issarawornrawanich (2020), quando uma *big four* efetua o relatório final de auditoria, espera-se um maior número de KAM reportados. Além disso, a norma de KAM aponta que os assuntos são determinados na visão do auditor, ou seja, a firma auditora pode influenciar no quantitativo e quais KAM são comunicados (Ferreira & Morais, 2020). Associando essas informações com as contidas na Tabela 3, verifica-se que os assuntos mais reportados são Assuntos Complexos, Ativos e Passivos.

Em análise adicional, pode-se identificar o número e o tipo de KAM relatados por cliente de auditoria permanecendo basicamente os mesmos, quando não há mudança de firma de auditoria. Isso reitera a preocupação de que a adição da seção de KAM nos relatórios de auditoria pode levar ao fornecimento de informações padronizadas às partes interessadas (Brasel et al., 2016). Ricquebourg & Maroun (2022) denotaram que somente quando há giro das firmas de auditoria, há uma mudança material nos KAM divulgados.

A Tabela 6 apresenta informações sobre a quantidade de KAM distribuídos por setor e ano, considerando as categorizações de Lennox et al. (2019) e de Sierra-García et al. (2019).

Tabela 6 – KAM relatados conforme Lennox et al. (2019) e Sierra-García et al. (2019)

Setor	Risco em nível da conta				Risco em nível da entidade				Total KAM			
	16	17	18	19	16	17	18	19	16	17	18	19
Consumo cíclico	183	184	188	192	33	32	42	13	216	216	230	205
Bens industriais	169	152	155	129	28	29	42	10	197	181	197	139
Utilidade pública	184	190	156	123	15	16	8	2	199	206	164	125
Materiais básicos	70	60	55	66	14	14	14	4	84	74	69	70
Consumo não cíclico	45	65	63	65	13	14	18	3	58	79	81	68
Saúde	35	42	44	49	10	9	12	3	45	51	56	52
Petróleo, gás e biocombustíveis	28	29	28	25	5	6	4	1	33	35	32	26
Tecnologia da informação	17	15	17	19	4	2	2		21	17	19	19
Comunicações	9	15	13	14		3	5		9	18	18	14
Outros				14				2				16
Total	740	752	719	696	122	125	147	38	862	877	866	734
% do Ano	86	86	83	95	14	15	17	5	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria (2021).

Identificou-se que, anualmente, houve mais reporte de KAM relacionados ao risco em nível da conta, mais de 80%. Sierra-García et al. (2019) identificaram 60% da amostra sendo referente ao risco em nível da conta. Assuntos relacionados aos riscos da entidade, também são relevantes, mas em menor quantidade, tendo em vista que o propósito da auditoria independente é assegurar nível de razoabilidade sobre os demonstrativos contábeis.

De forma geral, infere-se que os auditores consideram, anualmente, como assuntos chaves da auditoria, os itens contábeis em maior proporção do que aspectos da entidade. Dessa forma, os usuários da informação têm mais conteúdo informativo sobre os aspectos contábeis. Para Sierra-García et al. (2019), a divulgação de mais KAM de certo tipo pode ser visto como o auditor fornecendo mais informações sobre aquelas características do cliente.

Buscando demonstrar as relações de correspondência entre as variáveis, apresenta-se na Tabela 7 a matriz de correlação de Spearman.

Tabela 7 – Matriz de Correlação de Spearman

	1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)	8)	9)	10)	11)	12)	13)	14)
1)	1													
2)	0,0571	1												
3)	-0,0706	-0,0662	1											
4)	0,4889	0,0201	0,0314	1										
5)	0,2113	-0,1150	-0,0167	-0,0198	1									
6)	0,4703	0,0737	0,0661	-0,0047	-0,1238	1								
7)	0,1873	0,0395	-0,2632	-0,1566	-0,0183	0,0168	1							
8)	0,3282	0,0904	0,0381	0,0375	-0,0551	-0,0430	0,0028	1						
9)	0,4748	-0,0081	-0,0647	0,0182	0,1534	0,0013	-0,0444	-0,0009	1					
10)	0,6779	0,0501	0,0222	0,3937	0,1610	0,3372	-0,1030	0,2330	0,3984	1				
11)	0,3391	0,0551	-0,2132	0,3417	-0,1109	0,0194	0,5799	0,0629	-0,0672	-0,0181	1			

12)	0,2219	0,0530	0,2412	0,2967	0,1603	-0,0092	-0,2053	0,0631	0,1472	0,2381	0,0949	1		
13)	0,1112	0,0482	0,2321	0,1597	0,0998	0,0671	-0,1478	0,0579	-0,0029	0,0800	-0,0107	0,5105	1	
14)	0,0196	-0,1239	0,4184	0,1988	0,1309	-0,0533	-0,1866	-0,0767	0,0273	0,0570	-0,0263	0,4248	0,2477	1

Fonte: elaboração própria (2021).

Nota. (1) QKAM; (2) Beta; (3) Alavancagem; (4) Assuntos Complexos; (5) Assuntos Específicos do Setor; (6) Ativos; (7) Controles; (8) *Impairments*; (9) Passivos; (10) Risco em nível da conta; (11) Risco em nível da entidade; (12) Tamanho; (13) *Big four*; (14) Prejuízo.

Na Tabela 7, destaca-se a correlação entre as variáveis quantidade de KAM (QKAM) e o risco em nível da conta, que é positiva e com coeficiente de 0,6779. Isso confirma que a maioria dos KAM refere-se aos assuntos classificados como risco em nível da conta.

A correlação positiva é ainda observada para a variável tamanho, tanto em relação ao risco ao nível da conta (0,2381), quanto a quantidade de KAM (0,2219), sinalizando que essas variáveis estão na mesma direção, ou seja, quanto maior a empresa, maior a quantidade de KAM divulgados e que trataram sobre assuntos de risco em nível da conta. Ferreira e Morais (2020) também identificaram uma maior quantidade de KAM nos relatórios de auditoria de empresas complexas, mais arriscadas e que são auditadas por firma *big four*.

A regressão quantílica foi realizada considerando os quantis 25, 50 e 75. No entanto, os quantis 25 e 75 não apresentaram significância estatística para as variáveis de interesse, por isso, foi apresentado apenas o resultado no quantil 50. Os resultados da regressão quantílica do quantil 50, aplicada a Equação 1, estão apresentados na Tabela 8, que relata os achados considerando a variável dependente quantidade de KAM (QKAM).

O p-valor encontrado para a variável beta, que foi utilizada como uma medida de risco da empresa auditada, por meio da qual se percebe a sensibilidade do retorno da empresa em relação ao retorno do mercado, não foi estatisticamente significativo. Sendo assim, não se pode confirmar a existência da influência do risco, mensurado a partir do beta, com a quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados pelas firmas de auditoria no RAI.

Tabela 8 – Resultado da regressão quantílica no quantil 50 considerando a quantidade de KAM divulgados

QKAM	Coef.	Desvio Padrão	t	P-valor	[95% Conf. Interval]
Beta	0,1294	0,0886	1,4600	0,1450	-0,0445 0,3034
Alavancagem	-0,0828	0,0282	-2,9400	0,0030	-0,1381 -0,0274
Tamanho	0,1614	0,0276	5,8500	0,0000	0,1072 0,2155
Big four	0,0930	0,1240	0,7500	0,4530	-0,1504 0,3365
Prejuízo	-0,3218	0,1252	-2,5700	0,0100	-0,5675 -0,0761
_cons	0,7091	0,3375	2,1000	0,0360	0,0468 1,3715

Fonte: Elaboração própria (2021).

A Tabela 8 evidencia que as variáveis independentes alavancagem e existência de prejuízo no ano anterior (Prejuízo) possuem relação estatisticamente significativa a 1% com a quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados nos relatórios das empresas. Com isso, infere-se que existe uma relação negativa entre essas variáveis e a quantidade de KAM

divulgados nos relatórios de auditoria independente, indicando que, quanto maior é a alavancagem da empresa, menor é a quantidade de principais assuntos de auditoria. O que acontece também com a presença de prejuízo no período anterior.

Esses resultados também foram evidenciados por Gallizo e Saladrígues (2016), que perceberam o registro de perdas em anos consecutivos como um sinalizador no processo de avaliação do risco da empresa. Pinto e Morais (2019) e Sierra-García et al. (2019) observaram um número menor de KAM em empresas com lucros elevados, ou seja, empresas menos lucrativas (menor alavancagem), tendem a apresentar mais KAM pelo auditor.

Outrossim, a relação positiva encontrada para a variável tamanho, apresentou um p-valor com significância estatística a 1% indicando associação positiva entre o porte da empresa e a quantidade de KAM divulgados. Com base nisso, entende-se que, nas empresas brasileiras maiores, os auditores tendem a divulgar mais KAM, demonstrando um maior detalhamento nos seus RAI.

Os resultados encontrados se distinguem de Ferreira e Morais (2020); Lennox et al. (2019); Pinto e Morais (2019) e Sierra-García et al. (2019), que identificaram uma associação positiva entre a divulgação dos KAM e as características do auditor (taxa de auditoria e firma auditora) e com características do cliente (setor e complexidade do negócio).

Na Tabela 9 são apresentados os achados obtidos a partir da aplicação da regressão quantílica no quantil 50 considerando como variável dependente os KAM divulgados classificados como risco em nível de conta.

Tabela 9 – Resultado da regressão quantílica no quantil 50 considerando os KAM divulgados classificados como risco em nível de conta

Risco em nível de conta	Coef.	Desvio Padrão	t	P-valor	[95% Conf. Interval]
Beta	0,2223	0,1008	2,2100	0,0280	0,0246 0,4201
Alavancagem	-0,0201	0,0321	-0,6300	0,5320	-0,0830 0,0429
Tamanho	0,1761	0,0314	5,6200	0,0000	0,1146 0,2377
Big four	-0,0820	0,1410	-0,5800	0,5610	-0,3588 0,1948
Prejuízo	-0,1317	0,1423	-0,9300	0,3550	-0,4111 0,1477
_cons	-0,7025	0,3837	-1,8300	0,0670	-1,4556 0,0506

Fonte: Elaboração própria (2021)

Como apresentado na literatura, os resultados demonstrados na Tabela 9 sugerem que existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o risco e os KAM divulgados nos relatórios de auditoria sobre aspectos envolvendo o risco em nível de conta. Uma grande parte dos KAM divulgados pelas companhias da amostra analisada foi enquadrada no tipo “risco em nível de conta” (mínimo de 86% no total de KAM divulgados em cada ano analisado, conforme a Tabela 6). Cabe ressaltar que, ao avaliar se um assunto relatado é um KAM, o auditor considera (i) o risco de distorção relevante, (ii) se estão ou não envolvidos estimativas e julgamentos significativos e (iii) quaisquer eventos e transações significativos que tenham ocorrido durante o período coberto pelo relatório (Ricquebourg & Maroun, 2022). Sendo assim, a divulgação dos KAM pode proporcionar aos *stakeholders* uma melhor compreensão do risco inerente às contas da empresa, pois apresenta

informações sobre as áreas de maior risco de distorção relevante ou riscos de significância identificados de acordo com a ISA 315 (Ferreira & Morais, 2020).

Sierra-Garcia et al. (2019) relataram em sua pesquisa que, a divulgação de KAM está relacionada às características de risco, tanto o risco em nível da conta, quanto em nível de entidade. Os resultados descritos na Tabela 9, no contexto brasileiro, evidenciaram que existe uma associação positiva e estatisticamente significativa a 5% apenas entre o risco da empresa e os KAM divulgados sobre assuntos envolvendo o risco em nível da conta. Isso denota que, quando a empresa é mais arriscada, os auditores tendem a divulgar uma maior quantidade de KAM sobre assuntos classificados como risco em nível da conta.

Nessa classificação está contemplada a maior parte dos KAM analisados, chegando a representar 95% dos assuntos críticos divulgados em 2019 (Tabela 6). Com isso, identifica-se que riscos de contas patrimoniais evidenciados em demonstrativos contábeis são checados pelos auditores e, posteriormente, comunicados como KAM. Dessa forma, como o mercado de capitais possui assimetria informacional, os KAM podem contribuir para uma avaliação de risco por parte dos investidores e demais partes interessadas (Marques & Souza, 2017).

As evidências deste estudo complementam Elmarzouky et al. (2022), que observaram um aumento do interesse da administração em divulgar mais informações de risco, quando o auditor relata mais KAM. Dessa forma, um maior relato de informações de risco pelo auditor (KAM) sobre as contas contábeis e pela administração (relatório de gestão) proporcionam melhor entendimento aos acionistas de como os KAM afetam a divulgação de risco.

Vale salientar que o novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 – Leases), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, por exemplo, na companhia Alpargatas foi incluída como KAM, pois introduziu requerimentos contábeis complexos servindo de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento. Logo, abordou aspectos de risco em nível da conta para a companhia em questão. Ademais, o auditor relata que considerou esse assunto como significativo para a auditoria devido ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de contrato e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, um novo CPC regrido a mensuração e evidenciação de elementos (contas) contábeis, pode ser fator impulsionador e direcionador de novos KAM.

Ainda, o p-valor da variável tamanho também evidenciou uma relação positiva e estatisticamente significativa com os KAM divulgados sobre assuntos classificados como risco em nível da conta, sinalizando que os relatórios de auditoria independentes de empresas maiores tendem a ter mais principais assuntos de auditoria relacionados ao risco inerente das contas contábeis da empresa.

Os achados da Tabela 9 também podem ter evidenciado associação significativa, tendo em vista que a categoria risco em nível da conta

contempla registros contábeis passíveis de viés de gestão expressivo e oportunismo de gerenciamento de resultados. Isso ocorre devido ao fato de que a medição da incerteza afeta adversamente a utilidade da decisão de estimativas contábeis (Lau, 2020). Portanto, essa associação observada denota que os auditores desempenham um papel relevante para garantir que as questões associadas a incerteza de medição (e viés de gestão, se houver) sejam devidamente identificadas, endereçadas e verificadas (Lau, 2020). Isso contribui para o *trade-off* econômico entre a probabilidade de ser exposto a litígios e a perda de reputação, por um lado, e o custo esperado de perder um cliente, por outro (Ferreira & Morais, 2020), ou seja, o auditor versa mais em seu relatório de auditoria como KAM sobre assuntos que já irão ser divulgados ao mercado pela empresa, que são as contas contábeis.

Assim, com base nos achados deste estudo, entende-se que há evidências de uma possível associação entre as características da empresa e os principais assuntos de auditoria (*key audit matters*) divulgados nos relatórios de auditoria das empresas listadas na B3.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais razões dos normatizadores e reguladores proporem a mudança do modelo tradicional de relatório de auditoria para um mais individualizado e detalhado consistem em atender às necessidades de informações dos usuários das demonstrações financeiras (Santos et al., 2020). Sendo assim, é provável que os auditores divulguem uma maior quantidade de KAM em empresas que eles percebem como mais arriscadas e que o aumento do esforço do auditor para reduzir sua responsabilidade tende a melhorar os procedimentos de auditoria e, portanto, o detalhamento de KAM. A proposta da pesquisa foi a de analisar se o risco da empresa, estimado por meio de características empresariais (beta da empresa), é um fator determinante da divulgação dos *key audit matters* (KAM) reportados nos relatórios de auditoria independente (RAI), no período de 2016 a 2019, nas empresas brasileiras listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Para isso, procedeu-se com a verificação, tanto da quantidade quanto dos tipos de KAM reportados, por meio de regressão quantílica, com estruturação dos dados em painel.

De modo geral, os achados demonstram que os auditores, em média, divulgam 2,80 assuntos críticos por companhia, e 61,14% das empresas foram auditadas por uma firma *big four*. Ainda, a maior parte dos KAM foi classificada como “Assuntos Complexos”, média anual de 27% e estava relacionada ao risco em nível da conta, anualmente mais de 80%. A baixa quantidade de divulgação dos KAM pode sinalizar que os auditores estão buscando apenas cumprir a norma, ao invés de publicarem os KAM com o objetivo de apresentar maiores informações sobre as demonstrações contábeis da empresa auditada e do risco que envolve os números divulgados. Ainda, a classificação concentrada na categoria “assuntos complexos” pode estar relacionada à um conservadorismo, por parte do auditor, que busca prevenir o usuário da informação contábil sobre os demonstrativos.

Por meio da regressão quantílica, descobriu-se relação positiva entre os KAM categorizados como risco em nível da conta e o risco da empresa (mensurado pelo beta). Isso destaca que, por exemplo, quando os auditores reportam estimativas contábeis como KAM e fornecem às descrições e explicações necessárias, prestando o trabalho de garantia, pode ter aumento da qualidade informacional dos relatórios contábeis (Gaynor et al., 2016; Lau, 2020).

Quanto às variáveis de controle na análise dos determinantes da quantidade de KAM, averiguou-se uma relação positiva e significativa com o tamanho da companhia e negativa com o fato da empresa ter prejuízo no ano anterior e maior alavancagem. Dessa maneira, pode-se inferir que aspectos como tamanho da companhia, prejuízo no anterior e estrutura de alavancagem são determinantes da quantidade de KAM comunicados pelos auditores.

Na mesma linha, ainda os achados do estudo permitem denotar que, entre outras coisas, a comunicação dos *key audit matters* no contexto brasileiro relata os riscos de distorção relevante do auditado, mais especificamente os relacionados a contas ou divulgações que são materiais para as demonstrações financeiras, e envolvem julgamento especialmente desafiador, subjetivo ou complexo do auditor. Dessa forma, pode-se depreender que os auditores, na execução da auditoria, em empresas de grande porte, têm buscado identificar o risco e relatá-los em seus KAM. Isso permite que as partes interessadas sigam avaliando positivamente as informações dispostas nos KAM (Booak & Quick, 2016; Christensen et al., 2014; Cordos & Fülöp, 2015b; Sirois et al., 2018; Trpeska et al., 2017).

A comunicação dos KAM, quanto aos riscos da companhia auditada, pode ser favorável aos usuários das demonstrações financeiras, pois propicia que uma conta contábil que tenha chamado a atenção no balanço patrimonial possa ter confronto com a opinião do auditor. Retomando o exemplo do KAM do Grupo Natura, citado na introdução, referente a aquisição da empresa *The Body Shop*, observa-se que esse KAM viabiliza verificar os procedimentos de checagem do auditor (por exemplo, análise das projeções de fluxos de caixa; comparação com informações de mercado, etc) e comparar com a descrição da aquisição (versão da companhia). O relato do auditor pode agregar elementos novos, tendo em vista a possibilidade de confirmações externas (comparação com informações de mercado).

Com isso, parece razoável supor que, os KAM tem potencial de confrontar os riscos que as partes interessadas compreendem nos relatórios contábeis com a divulgação por parte do auditor, bem como mitigar a percepção de distorção material na mensuração de elementos contábeis. Logo, os KAM aumentam a utilidade e a qualidade das informações da auditoria e do auditado, no que tange a redução da assimetria informacional das contas contábeis.

A partir dos resultados desta pesquisa busca-se contribuir para o entendimento de que algumas características das empresas, entre elas: risco (beta), tamanho, existência de prejuízo no ano anterior e dados de alavancagem podem ser considerados fatores determinantes para definir a quantidade e a natureza dos KAM divulgados pelos auditores independentes que auditaram as empresas listadas na B3 entre 2016 e 2019. Isso dá ciência aos usuários das demonstrações financeiras sobre a qualidade do trabalho de auditoria neste país,

ou seja, que eles seguem o normativo e abordam as áreas de risco em seus KAM. Contudo, não se pode inferir que o conteúdo informacional abordado nos KAM seja suficiente para os *stakeholders* compreenderem o risco que o auditor considera que a empresa possui.

A pesquisa também fornece evidências que apoiam o estado da arte sobre como o conteúdo informativo dos relatórios de auditoria auxilia na redução da assimetria informacional presente nas relações do mercado financeiro, especificamente preenche a lacuna do papel dos KAM em explicar o risco percebido pelo auditor no auditado. Isso possibilita avaliar o risco percebido pelo auditor em seu cliente e a relação dele com as informações reportadas em seu relatório. Em termos práticos, propicia compreensão aos usuários da informação sobre a divulgação, na perspectiva dos auditores, do risco inerente às empresas por meio dos KAM classificados, seja em nível da entidade ou em nível das contas contábeis, aspectos que até antes de 2016 não eram reportados pelo auditor em seu RAI.

Cabe salientar que, verificaram-se auditores divulgando os mesmos KAM em mais de um ano para o mesmo cliente. Isso pode pressupor que a empresa seguiu tendo aquele assunto/risco por mais de um ano, ou seja, há riscos que fazem parte da atividade e, possivelmente, serão KAM recorrentes nos relatórios de algumas empresas. Um fator de risco pode ser considerado pelo auditor e abordado em dois anos consecutivos com esforço de auditoria semelhante, mas também as mudanças nas divulgações de KAM anualmente podem ser atribuídas a modificação nas circunstâncias de uma entidade ou no conhecimento do auditado pelo auditor (Zhang & Shailer, 2021).

Ano a ano, o auditor pode mudar a justificativa por considerar certo item como KAM, por exemplo, conotação monetária e/ou elementos qualitativos percebidos no exame da empresa. Esses aspectos podem ser relevantes aos usuários das informações contábeis e ser ponto de partida para obterem mais evidências e/ou obterem segurança de que esse risco já foi tratado pela auditoria e, portanto, os relatórios contábeis estão livres de distorção materiais e relevantes. Por outro lado, a constância dos KAM em anos seguidos pode alertar padronização de informações reportadas (Brasel et al., 2016), quando não há mudança de firma de auditoria, tendo em vista que, quando há rodízio, ocorre variação significativa nos KAM divulgados, conforme Riquebourg & Maroun (2022).

Ademais, os auditores podem estar reportando como riscos em nível da conta, itens já conhecidos por meio dos demonstrativos contábeis em termos quantitativos, em maior quantidade do que em risco em nível da entidade, tendo em vista que este último item abrange aspectos internos como controles, continuidade do negócio, ou seja, dados estratégicos. Dessa forma, estudos futuros podem compreender se existem mais assuntos de risco da entidade que foram previamente discutidos com os responsáveis pela governança do auditado e, se esses restringiram a sua divulgação.

REFERÊNCIAS

Alves Júnior, E. D., Galdi, F. C. (2020). Relevância Informacional dos Principais Assuntos de Auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31 (82), 67-83. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201908910>

Bédard, J., Besacier, N., & Schatt, A. (2014). *Costs and Benefits of Reporting Key audit matters in the Audit Report: The French Experience*. Recuperado de https://www.isarhq.org/2014_downloads/papers/ISAR2014_Bedard_Besacier_Schatt.pdf

Boolaky, P. K., & Quick, R. (2016). Bank Directors' Perceptions of Expanded Auditor's Reports. *International Journal of Auditing*, 20, 158-174. <https://doi.org/10.1111/ijau.12063>

Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk disclosure preceding negative outcomes: the effects of reporting critical audit matters on judgments of auditor liability. *The Accounting Review*, 91 (5), 1345-1362. <https://doi.org/10.2308/accr-51380>

Castro, W. Peleias, I., & Silva, G. (2015). Determinantes dos honorários de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 261-273. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501560>

Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wolfe, C. J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest?. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 33(4), 71-93. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50793>

Colares, A. C. V., Silva, J. N., Almeida, I. ?., & Santos, L. S. (2021). A divulgação dos principais assuntos de auditoria afetou a remuneração dos auditores independentes?. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 9(3), 142-159. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2021v9n3.54422>

Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2016). *Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente*, de 17 de junho de 2016. Recuperado de <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>

Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2021). *Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 315(R2) - Identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente*, de 19 de agosto de 2021. Recuperado de [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315\(R2\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA315(R2).pdf)

- Cordos, G. S., & Fülöp, M. T. (2015). New audit reporting challenges: auditing the going concern basis of accounting. *Procedia Economics and Finance*, 32, 216-224.
[https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01385-4](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01385-4)
- Cordos, G. S., & Fülöp, M. T. (2015b). Understanding audit reporting changes: introduction of key audit matters. *Accounting and Management Information Systems*, 14(1), 128-152.
- Elmarzouky, M., Hussainey, K., Abdelfattah, T. and Karim, A.E. (2022). Corporate risk disclosure and key audit matters: the egocentric theory. *International Journal of Accounting & Information Management*, 30(2), 230-251. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-10-2021-0213>
- Ferreira, C., & Morais, A. I. (2020). Análise da Relação entre Características das Empresas e os Key audit matters Divulgados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 262-274. <https://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201909040>
- Gallizo, J., & Saladrigues, R. (2016). An analysis of determinants of going concern audit opinion: Evidence from Spain stock exchange. *Intangible Capital*, 12(1), 1-16. <http://dx.doi.org/10.3926/ic.683>
- Gaynor, L. M., Kelton, A. S., Mercer, M. & Yohn, T. L. (2016). Understanding the relation between financial reporting quality and audit quality. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 35(4), 1-22. <https://doi.org/10.2308/ajpt-51453>
- Gold, A., & Heilmann, M. (2019). The consequences of disclosing key audit matters (KAMs): A review of the academic literature. *Maandblad voor Accountancy en Bedrijfseconomie* 93(1/2), 5-14.
<https://doi.org/10.5117/mab.93.29496>
- International Auditing and Assurance Standards Board - IAASB. (2015). *International Standard on Auditing (ISA) 701 (NEW), Communicating Key audit matters in the Independent Auditor's Report*. Recuperado de https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISA-701_2.pdf
- Kim, K. Y., Han S. K., & Sung, J. P. (2016). The effect of implementation of the new and revised international auditor's reporting standards on Korea's audit environment. *Accounting Information Review*, 34, 509-31.
<http://kiss.kstudy.com/thesis/thesis-view.asp?key=3471490>
- Köhler, A., Ratzinger-Sakel, N. V. S., & Theis, J. (2020). The Effects of Audit Matters on the Auditor's Report's Communicative Value: Experimental Evidence of Investment Professionals and Non-Professional Investors. *Accounting in Europe*, 17(2), 105-128.
<https://doi.org/10.1080/17449480.2020.1726420>

- Lau, C. K. (2020). Measurement uncertainty and management bias in accounting estimates: the perspective of key audit matters reported by Chinese firms' auditors. *Asian Review of Accounting*, 29(1), 79-95.
<https://doi.org/10.1108/ARA-07-2020-0109>
- Lee, P., Jiang, W., & Anandarajan, A. (2005). Going concern report modeling: a study of factors influencing the auditor's decision. *Journal of Forensic Accounting*, 6(1), 55-76.
- Lennox, C. S., Schmidt, J. J., & Thompson, A. (2019). Is the Expanded Model of Audit Reporting Informative to Investors? Evidence from the UK. *SSRN*, 1-44.
- Li, H., Hay, D., & Lau, D. (2019). Assessing the impact of the new auditor's report. *Pacific Accounting Review*, 31(1), 110-132.
<https://doi.org/10.1108/PAR-02-2018-0011>
- Lin, J., & Hwang, M. (2010). Audit quality, corporate governance, and earnings management: A meta-analysis. *International Journal of Auditing*, 14(1), 57-77.
<https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2009.00403.x>
- Marques, V. A., & Souza, M. K. P. (2017). Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do Ibovespa. *Revista de Informação Contábil*, 11(4), 1-22.
- Matos, T., Santos, O., Rodrigues, A., & Leite, R. (2018). Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(77), 246-265.
<https://doi.org/10.1590/1808-057x201804330>
- Menon, K., & Schwartz, K. (1987). An empirical investigation of audit qualification decisions in the presence of going concern uncertainties. *Contemporary Accounting Research*, 3(2), 302-315.
<https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1987.tb00640.x>
- Mutchler, J., Hopwood, W., & McKeown, J. (1997). The influence of contrary information and mitigating factors on audit opinion decisions on bankrupt companies. *Journal of Accounting Research*, 35(2), 295-310.
<https://doi.org/10.2307/2491367>
- Passos, L. C., Almendra, R. S., De Luca, M. M. M., & Vasconcelos, A. C. (2017). Disclosure dos Riscos de Mercado e o Custo de Capital de Empresas. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 14(3), 169-184.

- Pinto, I., & Morais, A. I. (2019). What matters in disclosures of *key audit matters*: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 30, 145-162. <https://doi.org/10.1111/jifm.12095>
- Raghunandan, K., & Rama, D. (1995). Audit reports for companies in financial distress: Before and after SAS nº. 59. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 14(1), 50-63.
- Ricquebourg, A. D., & Maroun, W. (2022). How do auditor rotations affect *key audit matters*? Archival evidence from South African audits. *The British Accounting Review*, In press. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2022.101099>
- Santos, K. L. dos, Guerra, R. B., Marques, V. A., & Maria Júnior, E. (2020). Os Principais Assuntos de Auditoria Importam? Uma análise de sua associação com o Gerenciamento de Resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(1). <https://doi.org/10.17524/repec.v14i1.2432>
- Santos, E. A., Soares, F. S., Santos, L. M. R., & Rosa, C. F (2020a). Principais assuntos de auditoria destacados no relatório de auditoria independente das empresas listadas na B3. *Desafio Online*, 8(1), 132-151.
- Sierra-García, L., Gambetta, N., & García-Benau, M. A., & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk *key audit matters*: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, 51(3), 227-240. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.02.004>
- Sirois, L. P., Bédard, J. & Bera, P. (2018). The informational value of *key audit matters* in the auditor's report: evidence from an eye-tracking study. *Accounting Horizons*, 32(2), 141-162. <https://doi.org/10.2308/acch-52047>
- Trpeska, M., Atanasovskia, A., & Lazarevska, Z. B. (2017). The relevance of financial information and contents of the new audit report for lending decisions of commercial banks. *Accounting and Management Information System*, 16(4), 455-471. <http://dx.doi.org/10.24818/jamis.2017.04002>
- Vanstraelen A., Schelleman C., Meuwissen R., & Hofmann I. (2012). The audit reporting debate: Seemingly intractable problems and feasible solutions. *European Accounting Review*, 21(2), 193–215. <https://doi.org/10.1080/09638180.2012.687506>
- Velte, P. & Issa, J. (2019). The impact of *key audit matter (KAM)* disclosure in audit reports on *stakeholders'* reactions: a literature review. *Problems and Perspectives in Management*, 17(3), 323-341. [http://dx.doi.org/10.21511/ppm.17\(3\).2019.26](http://dx.doi.org/10.21511/ppm.17(3).2019.26)

Venturini, L. D. B., Bianchi, M., Machado, V. N., & Paulo, E. (2022). Conteúdo informacional dos principais assuntos de auditoria e a previsão dos analistas financeiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33(89), 281-299. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202113080>

Zhang, P. F., & Shailer, G. (2021). Changes in audit effort and changes in auditors' disclosures of risks of material misstatement. *The British Accounting Review*, 53(3). <https://doi.org/10.1016/j.bar.2020.100970>

Zucchi, C. V. de O., Brugni, T. V., Nossa, S. N., & Beiruth, A. X. (2021). Mulheres no Conselho de Administração e o Risco da Firma. *Revista Mineira de Contabilidade*, 22(1), 13–26. <https://doi.org/10.51320/rmc.v22i1.1145>

Watkins, A. L., Hillison, W. & Morecroft, S. E. (2004). Audit quality: a synthesis of theory and empirical evidence. *Journal of Accounting Literature*, 23, 153-192.

Wuttichindanon, S. & Issarawornrawanich, P. (2020). Determining factors of key audit matter disclosure in Thailand. *Pacific Accounting Review*, 32(4), 563-584. <https://doi.org/10.1108/PAR-01-2020-0004>

Planilha de Contribuição dos Autores					
Contribuição	Lauren Dal Bem Venturini	Vanessa de Meneses Silva	Luiz Alberton	José Alonso Borba	Leonardo Flach
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	X				
2. Definição do problema de pesquisa	X	X	X		
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	X	X	X		
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa		X			
5. Coleta de dados	X				

6. Análises e interpretações dos dados coletados	X	X			
7. Conclusões da pesquisa	X	X			
8. Revisão crítica do manuscrito				X	
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	X	X			
10. Orientação			X	X	X